

**MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA**

**CLASSE DE LETRAS**

---

**O legado do IICT na CPLP**

JORGE BRAGA DE MACEDO

---



**ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA**

LISBOA • 2024

*Título:* O legado do IICT na CPLP  
*Edição:* Academia das Ciências de Lisboa  
*Data de edição:* 2024  
*DOI:* <https://doi.org/10.58164/5by7-4t51>

# O LEGADO DO IICT NA CPLP

JORGE BRAGA DE MACEDO<sup>1</sup>

## NOTA PRÉVIA: LUSOFONIA GLOBAL OU GLOBALIZAÇÃO EM PORTUGUÊS?

Pode falar-se de duas vagas de globalização em inglês, lideradas pela Inglaterra antes da 1.<sup>a</sup> guerra mundial e pelos EUA depois da 2.<sup>a</sup>, mas não é costume chamar “globalização em português” à primeira vaga porque as trocas de bens, serviços e activos financeiros se limitavam aos portos. Além disso, a epopeia lusíada demonstra à saciedade que o comércio não era visto como um fim em si mesmo. Sendo a expressão “globalização em português” construtivamente ambígua, pareceu apropriada para comemorar os 150 anos do nascimento de Alfredo da Silva, cujos projectos empresariais iriam marcar os futuros membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Assim se descobriram matizes de revolução e continuidade, não só nas trajectórias nacionais, mas também nas colecções que o Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa e o Arquivo Histórico Ultramarino dos Arquivos Nacionais herdaram do Instituto de Investigação Científica Tropical (1883–2015).

Pelo contrário, a “lusofonia global”, termo que cunhei pouco depois de o IICT ter concluído um protocolo de colaboração com a CPLP e usei em comunicação anterior<sup>2</sup>, conota a expansão dessa organização, mais visível no aumento de

---

<sup>1</sup> Revisão da breve comunicação em 09/07/20 evocando em nota prévia a de 23/07/09 para esclarecer a terminologia. O texto tem como base a versão apresentada no II Ciclo de Webinars da Associação Nacional de Pesquisa em Tecnologia e Ciência do Patrimônio – Brasil (ANTECIPA, 15/06/20), a qual refundia a referida na nota 24, em coautoria com M.M. Romeiras (ISA, ACL), A. Canas (AHU, CH) e C. Casanova (FCT). Agradeço-lhes, bem como a M. Diogo (CIUHCT) e A. Ribeiro (CTROP), futuras comentadoras, A. Sgamellotti e L. Souza, que participaram naquele webinar.

<sup>2</sup> Foi o título da coluna “Economia Suave” do Expresso em 29/05/04. A comunicação, “Sobre a Lusofonia Global”, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa – Classe de Letras*, tomo XL vol. I, 2019, 273-88. O protocolo que assinei com o Embaixador João Augusto Médicis (1936–2004), em 10/03/04, vem reproduzido em Sofia Lopes, org., *3 anos pela renovação do IICT*, 2007, 294-298. Livro e DVD foram revistos e ampliados em *Saber Tropical 125 anos*, IICT, 2008, Org. Teresa Albino.

membros e de associados do que na utilização do português. O critério linguístico subjacente à marca “IICT Saber Tropical Knowledge” reconhecia o inglês como língua científica de modo mais preciso do que “lusofonia global lusophonia” que se poderia também aplicar a negócios e cultura, mas continuava a não abarcar a globalização em francês ou espanhol, para citar apenas as outras duas organizações que subscreveram a declaração sobre humanismo universal em 2017. Ao fazer isso, torna-se mais intuitivo que existam diferencialidades no modo como portugueses, brasileiros, angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, santomenses e timorenses lidaram e lidam com as vagas sucessivas da globalização. Aliás, especificar a duração das políticas externas respectivas não impede que se considere a diversidade característica essencial da lusofonia. Quem acompanha a história diplomática portuguesa, reconhece “que o sentido das opções internas de Portugal muitas vezes só se tornava perceptível e diferenciado no delineamento de uma política externa”<sup>3</sup>.

A globalização em português, configurada na “Carta à Rainha Lusófona”<sup>4</sup>, cristalizou a abordagem de “negócios, ciência e cultura para o desenvolvimento” e encabeçou a criação de dois programas de doutoramento interdisciplinares. Já depois da fusão na ULisboa (31/07/15), a CRL (16/04/17), o apelo das dirigentes de quatro organizações internacionais de base linguística (15/06/17) e a Declaração de Paris sobre Ciências do Património (15/02/19) apontaram para a relevância de legados como este. Já depois da fusão na nova Universidade de

---

<sup>3</sup> Themudo Barata, M.<sup>a</sup> R., Prefácio a *Professor Doutor Jorge Borges de Macedo Legado Bibliográfico*, Tomo I, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005, p. XIX. Ainda do autor, *Jorge Borges de Macedo. Saber Continuar*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2015; *Política Externa Portuguesa: Uma Abordagem Económica, Portugal em Mudança, Ensaio sobre a Actividade do XI Governo Constitucional*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1991, 157-238. Também ocorre citar os 44 artigos da coluna “Estrelas e Quinas” publicados no *Diário de Notícias* em 1994/95 e “Multiple allegiances as fate: The Portuguese idea of Europe”, versão apresentada numa conferência na Fundação Luso-Americana em Lisboa, Novembro de 1995 que veio a ser aperfeiçoado na contribuição ao *Jacinto Festschrift*, infra nota 16.

<sup>4</sup> Dois *Nova SBE Working Papers* esmiuçam o argumento: “Carta à Rainha Lusófona: Esboço e Interpretação” (n.º 611, 2017) contém três textos, a carta (que conclui “Como os confrades britânicos, escrevemos a Vossa Majestade enquanto crises prosseguem. Ainda assim, anima-nos a convicção de que a diversidade lusófona as pode sublimar no espaço como as sublimou na primeira globalização”), a *justificação* (“Três cartas a duas Rainhas, em quinze pontos sobre dez anos de crises”, baseado numa apresentação na Reitoria da ULisboa) e a *comunicação* 23/07/09 que viria a ser publicada dez anos depois e foi citada na nota anterior; “Antevendo mais lusofonia e outras memórias lusófilas” (n.º 622, 2018) contém oito textos, sendo relevantes o primeiro, intitulado “O Espírito da Lusofonia Global em Antonio Braz (1917–98)”, e o último, adaptado do prefácio a *O último ultramarino na saga da descolonização de Angola*, de Xavier de Figueiredo, Ulisseia, 2018.

Lisboa, o apelo das dirigentes das quatro organizações internacionais de base linguística em 15/06/17 e aquela carta sugeriram o seguimento da Declaração de Paris sobre ciências do património em 2019 e até o reforço da LAJBT. Em suma, além de ilustrar a globalização em português durante quase 150 anos, a associação virtuosa IICT/CPLP também escora a “tradição de futuro” da Fundação Amélia de Mello, sendo pois tema apropriado para um simpósio na Academia de Ciências de Lisboa em 18 de Dezembro próximo<sup>5</sup>.

## INTRODUÇÃO

As Ciências do Património enquadram-se bem num apelo à interdisciplinaridade entendida como incluindo não apenas as nossas tradicionais classes de ciências e letras, mas também as sete secções em que cada uma se tem dividido. Força é reconhecer que os “silos” nos departamentos dos serviços públicos e das empresas, sem esquecer universidades e academias, são ignorados ou criticados, mas raramente ultrapassados. Poderia dizer-se o mesmo da lusofonia, cuja resiliência não surpreenderá quem associe “lusofilia” e “silofobia”<sup>6</sup>.

O resto do texto tem quatro secções e uma conclusão. A Secção 1 recorda brevemente a evolução do IICT desde 1883, quando acelerava a segunda globalização e o interesse alemão pela África. Sem pretender ser cronológica, a análise começa na primeira globalização e inclui a surpresa da grande crise financeira em 15/09/08, onde foi ameaçada a 3.<sup>a</sup>. Ora foi precisamente no fim desse fatídico mês que o Ministro da Ciência e Tecnologia assinou a Declaração de Lisboa sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento. A Secção 2 mostra que a inclusão de Negócios e Cultura na Declaração decorre da Declaração de Bissau sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (Sustentável desde 2015). Da coincidência dos dois eventos nasceu a ideia duma Carta à Rainha Lusófona que alavancasse a Carta à Rainha Isabel II sobre a crise e cristalizasse a abordagem de

---

<sup>5</sup> O autor representa a Academia no Conselho Fiscal da Fundação.

<sup>6</sup> Em *The Silo Effect: the peril of expertise and the promise of breaking down barriers*, Simon & Schuster, 2015, Gillian Tett usa a expressão “silo-busting” mais apropriada para a perspectiva de gestão que adopta no livro. Escrever “Large universities were often beset with tribalism” referindo-se aos EUA (p. ex.) equivale a chamar “silófilos” aos académicos.

“negócios, ciência e cultura para o desenvolvimento”<sup>7</sup> (Secção 3). Essa abordagem continua, aliás, com os programas de doutoramento interdisciplinares e a Declaração de Paris sobre Ciências do Património, aprovada em 15/02/19 (Secção 4). Além de evocar três figuras cujas circunstâncias ilustram Cartas, a conclusão volta ao apelo das dirigentes de quatro organizações internacionais de base linguística “à promoção da diversidade cultural”, numa sessão moderada pela sherpa mexicana da OCDE.

### 1. ANTES E DEPOIS DO IICT, IP

Este breve bosquejo termina com a criação, em 2020, do Colégio Tropical na Universidade de Lisboa, decorrente da extinção do Instituto Público, em 2015, e criação da unidade especializada IICT nos estatutos da Universidade, ficando o Palácio Burnay vazio no Ministério dos Negócios Estrangeiros, passando o Arquivo Histórico Ultramarino para o Ministério da Cultura e o Jardim Botânico Tropical para o Museu Nacional de História Natural e da Ciência da mesma Universidade. Separar AHU e JBT da unidade especializada faz o IICT regressar a uma configuração próxima da que tinha antes da criação, em 1973, da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, na tutela do respectivo Ministério. Essa configuração manteve-se depois da extinção do Ministério do Ultramar quando a tutela passou para o Ministério da Educação, tendo o nome mudado várias vezes até à lei orgânica de 1983, no quadro da qual se estabeleceram protocolos de colaboração com as Universidades de Lisboa.<sup>8</sup>

Não podia ser maior o contraste com a lei orgânica de 2003 apresentada quando Maria da Graça Carvalho era Ministra da Ciência e Tecnologia<sup>9</sup> porque abriu o Laboratório de Estado à CPLP e a outras organizações internacionais como a OCDE, a Comissão Europeia e o Banco Mundial, outros Ministérios, designadamente o dos Negócios Estrangeiros, a associações empresariais como a ELO (integrada na Confederação Empresarial de Portugal, em 2016), ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, etc.

---

<sup>7</sup> Conhecida pelas iniciais em inglês BS&C4D.

<sup>8</sup> O autor foi nomeado Director do Centro de Socioeconomia, em 1985, ao abrigo do protocolo assinado com a UNL no ano anterior.

<sup>9</sup> O autor colaborou na elaboração do projecto enquanto estava na OCDE, primeiro como Presidente do Centro de Desenvolvimento da OCDE depois como conselheiro especial do Secretário-Geral. Só em 2020 se formalizou a relação CPLP/OCDE (*Observador* 03/03/20).

Ainda assim, o progresso das Ciências do Património no contexto europeu e mundial tem tido implicações na gestão científica e cultural que permitem superar a aparente dispersão, como aconteceu aliás com o Centro Interuniversitário de História da Ciência e das Tecnologias, fruto da fusão gradual de dois centros de duas universidades de Lisboa encorajada pelas avaliações da Fundação para a Ciência e Tecnologia entre 2014 e 2017.

Embora complexo, o enquadramento institucional particular do IICT não prejudica a relevância do seu legado para a CPLP, na medida em que as protagonistas continuaram a colaborar em vários projectos<sup>10</sup>. Na Secção 3, salientam-se dois programas de doutoramento financiados pela FCT que foram atribuídos ao IICT em 2015 em colaboração com unidades orgânicas das duas universidades de Lisboa de que depende o CIUHCT, bem como a Liga de Amigos do JBT, associação privada criada em 2005 e agora considerada de utilidade pública.

## 2. CONSTITUIÇÃO FINANCEIRA E GLOBALIZAÇÃO

Enquanto a Carta à Rainha de Inglaterra se referia aos mercados financeiros internacionais dominados pelo dólar americano (e, em nota de rodapé, à poupança de países como a China e a Índia), a Carta à Rainha Lusófona estava aberta às Ciências Naturais e ao chamado grande Sul<sup>11</sup>. Além disso, inspirava-se na 1.ª estrofe lusíada (*E entre gente remota edificaram novo reino, que tanto sublimaram*) antevê o espírito intraduzível da lusofonia (*forc'd their way to the fair kingdoms of the rising day*).<sup>12</sup> É o que resulta do resumo publicado numa

---

<sup>10</sup> Ver as filiações das co-autoras e comentadoras enumeradas na nota 1.

<sup>11</sup> *Writing to Queens while Crises Proceed*, IICT e CG&G, 2.ª edição em memória de Manuel Jacinto Nunes, Lisboa, 2015; *NovaSBEWP 611*; 622 e notas 14 e 15 infra.

<sup>12</sup> Trata-se da tradução de Mickle (1798). Só a tradução espanhola usa o verbo sublimar. O argumento não ignora a antiga querela sobre a “causa” das chamadas descobertas ser religiosa ou económica, até porque, no ano lectivo 1968/69, André Gonçalves Pereira (1936–2019), o mais complexo dos meus professores, desafiou o actual PR e eu próprio a debater o assunto, tendo-me cabido a primeira explicação. Mais relevante será que estivemos juntos na série das 100 lições que teve lugar em 2011, na Reitoria, onde, em Maio, falei do tema “Globalização e Governação: uma perspetiva portuguesa”, sem me ter lembrado de evocar aquele longínquo precedente. Aliás, só depois do texto aparecer em *D’aquém, d’além e d’ultramar Homenagem a António Dias Farinha*, 2015, II, 1771–1804, em Maio de 2017, voltei a participar numa iniciativa da mesma Reitoria, dita 9 dias sobre cartas com “Três cartas a duas Rainhas, em quinze pontos sobre dez anos de crises” (*NSBEWP 611*, cit). Segundo testemunho do Embaixador Fernando O. Neves (*O Negociador*, 2019), o timorense sente-se “ocidental”! Não duvidando, acrescento que, na “praia lusitana”, a governação não sublimou a globalização

homenagem acadêmica ao Papa Francisco por ocasião do centenário de Fátima<sup>13</sup>.

Mau grado uma reputação financeira próxima da inglesa e a união luso-brasileira, as invasões francesas deram lugar a guerras civis. Portugal aderiu ao padrão-ouro antes da 2.<sup>a</sup> globalização, mas juntou-se a Espanha quando França não faliu mais<sup>14</sup>. A chamada constituição financeira<sup>15</sup> não equilibrou as liberdades política e financeira (regime político e cambial) com as pertenças europeia e ultramarina/tropical (política externa).

Por exemplo, a independência dos PALOP que decorreu de Abril de 1974 a Novembro de 1975 permitiu passar da EFTA à CEE, mas não evitou resgates de maneira que, só em 1989 se regressou à liberdade financeira, facilitando que, em Jan-Jun92, a 1.<sup>a</sup> presidência consagrasse a contiguidade dos cinco PALOP para efeitos de cooperação europeia.<sup>16</sup> Séculos de convivência numa língua comum tinham levado à “amizade mútua” dos 7 países levando o Embaixador Aparecido de Oliveira (1929–2007) a fundar o IILP em São Luís do Maranhão dias antes da queda do muro de Berlim (01/11/89). Os países de língua portuguesa que surgiram, instáveis e subdesenvolvidos, durante a 2.<sup>a</sup> globalização e a 3.<sup>a</sup>, não abdicaram da sua cultura, o que viria a motivar uma iniciativa original da MCT portuguesa poucos anos depois de fundada a CPLP.

A “Iniciativa Portuguesa” aprovada na 2.<sup>a</sup> reunião dos Ministros da Ciência & Tecnologia da CPLP (Rio de Janeiro, 12/03), instou o IICT (criado como

---

e obrigou a programas de ajustamento do FMI cada vez mais austeros.

<sup>13</sup> “Diversidade da Lusofonia, no Espaço e no Tempo”, *Homenagem ao Papa Francisco por ocasião da sua vinda a Fátima*, organizado por Fernando Paulo Baptista, Lisboa, Edições Piaget, 2017, pp. 487-488.

<sup>14</sup> Ver *Convertibilidade Cambial: Conferencia Comemorativa do 140.º Aniversário da Adesão de Portugal ao Padrão-Ouro*, Lisboa, Banco de Portugal, 1995 e *Farinha Festschrift*, cit.

<sup>15</sup> Sobre este conceito da escolha pública ver “Europa seguro contra a voracidade”, Portugal e a Construção Europeia, org. por M.M.Tavares Ribeiro, Barbosa de Melo e Manuel Porto, Coimbra, Livraria Almedina, 2003, 217-34 e “Portugal’s European Integration: the good student with a bad fiscal constitution”, *Spain and Portugal in the European Union The first fifteen years*, edited by Sebastián Royo and Paul C. Manuel, Londres, Frank Cass, 2003. A escola é de novo mencionada na nota infra.

<sup>16</sup> Para concretizar, indicam-se as liberdades nas constituições republicanas até 2019: 67 anos de liberdade política, mas 41 anos sem liberdade financeira (1911–26 + 1974–88 + 2009–14) e liberdade financeira em 1961–73 e 1931 (restauração da convertibilidade interrompida com a crise da libra em Setembro). A análise foi introduzida em “Europa e Lusofonia, Política e Financeira: Uma Interpretação”, *Ensaios de Homenagem a Manuel Jacinto Nunes*, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, 1996, pp.53-72 e foi sendo actualizada, por último numa conferência no Instituto Universitário Militar.

Comissão de Cartografia, em 1883, para apoio da delegação nacional à Conferência de Berlim) a dar acesso a coleções antropológicas, arqueológicas, etnográficas, mineralógicas, botânicas e zoológicas (além de bibliotecas e arquivos históricos) à guarda da Junta de Investigações do Ultramar e dos serviços abertos ao público do respetivo Ministério<sup>17</sup>.

Desde *Centesimus Annus*, o Vaticano apela ao “bem comum global” sendo que a 3.<sup>a</sup> globalização combinou diversidade e contiguidade sem atender à sustentabilidade<sup>18</sup>.

Duas capas emblemáticas do IICT recordam o reino sublimado: JE Mendes Ferrão *As Plantas na Primeira Globalização*, 2007 (viajou pelo mundo, Pequim 2013); M.J. Rodrigues (1948–2016), *História e Futuro da Lusofonia Global* (prefácio do Embaixador Lauro Moreira).

O humanismo universal de base lusófona é aparente em exposições globais como *À Volta do Globo* (Washington e Bruxelas, 2007/08) e *Senhores do Oceano* (Moscovo, 2017/18) ou nacionais como *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos 1883–2010* (Lisboa). O livro referente a esta permitiu referir Berlim como 1.<sup>a</sup> paragem da lusofonia global, mas teve de vencer certa má vontade republicana<sup>19</sup>.

A revista britânica *Monocle* opina, em 2012, que o mundo precisa de “a bit of lusophilia”, sinal de humanismo com *humour* francês e inglês...<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> AHU e JBT citados acima. A enumeração das colecções é retirada de Conceição Casanova e Maria M. Romeiras que analisam este período em “Legado das coleções científicas do Instituto de Investigação Científica Tropical, Universidade de Lisboa: uma revisão crítica e perspectivas”, *Conservar Património* 33 (2020), 32-43 onde se encontram numerosas referências bibliográficas que não cabe reproduzir aqui. No seu manuscrito, “Saber e Legado Tropical: os Arquivos”, 2020, Ana Canas cita Stephanie Decker “The silence of the archives: business history, post-colonialism and archival ethnography”, *Management & Organizational History*, 2013, 8:2, pp. 155-173, de onde se retirou uma citação usada mais adiante no texto.

<sup>18</sup> “Globalisation and Institutional Change: a development perspective”, *Globalisation, Ethical and Institutional Concerns*, edited by Edmond Malinvaud and Louis Sabourin, Vatican, Pontifical Academy for Social Sciences, 2001, pp. 223-68.

<sup>19</sup> “Berlim, Luanda e outras paragens da lusofonia global”, revisto no Blogue de História Lusófona, e publicado no livro de Miguel Jasmins Rodrigues citado no texto. *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos 1883–2010* inclui aliás uma foto de grupo com Amílcar Cabral (1924–73) no Centro de Protecção Integrada de Produtos Armazenados, p.113.

<sup>20</sup> “Generation Lusophonia Why Portuguese Is the new language of power and trade from Brazil to Mozambique MONOCLE REPORTS on the people, policies, brands and opportunities at the heart of a global Portuguese push”, capa da revista de Outubro 2012.

### 3. NEGÓCIOS, CIÊNCIA E CULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (Sustentável depois de 2015) assentes em Negócios e Ciência (e até Cultura) para o Desenvolvimento foram abordados em 2006, na VI Cimeira da CPLP, em Bissau, a qual convocou a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP, inclui Macau) e a Confederação Empresarial da CPLP (CECPLP, #7/8 da declaração) depois de, no respeito das culturas próprias dos Estados membros, apelar ao “melhor conhecimento mútuo” (#16/17 dos considerandos) das economias e sociedades.

A Declaração de Lisboa sobre Ciência e Tecnologia, de 30/09/08, redigida por J. P. Contzen (1935–2015), da Academia Real da Bélgica, foi assinada pelo Ministro J. Mariano Gago (1948–2015) com várias organizações de pesquisa lusófonas e internacionais (CGIAR, CPLP, ECART, EMBRAPA, IICT, LNEC, OECD, UNU, etc.), para reforçar a coordenação e cooperação internacional, melhorando a governação da C&T, encorajando culturas locais e mobilidade do talento.

Para vencer silos, BS&C4D torna o ambiente de negócios nacional (visível no Conselho de Orientação do IICT, introduzido em 2003, no qual tinham assento a ELO e a CE/CPLP) **complementar** da ciência e cultura.

Porém, a Declaração de Lisboa foi esquecida e o desejado fórum internacional limitou-se à Conferência *Ciência nos Trópicos*, 2012, quando IICT já tinha passado para a tutela do MNE. Ignorou-se que na Suécia se tinham fundido as agências de Negócios e Ciência em 1995!

Num painel apresentado no XXII Encontro da AULP, em Maputo, ilustrou-se a complementaridade contra os silos no saber e no fazer. O “Multilateralismo baseado na Cultura” decorre do 8.º ODM (17.º ODS) e foi retomado em 2013, no ISEG (SUSTENTA) e no JBT (Noite Europeia dos Investigadores).

#### **Década de Rainhas e Plantas, Crises e Peritos**

Na esteira dos jardins botânicos pombalinos em Lisboa, o do Rio de Janeiro, fundado em 1808, terá inspirado o de Aburi, no Gana, de 1890 (que Isabel II visitou em 1961) e o de Belém (que Lula devia visitar por ocasião da I Cimeira UE-Brasil, em 2007). Basta para que Academias escrevam a Rainhas: de todas as perguntas sobre a crise, fica a de Isabel II na LSE (“Como é que ninguém reparou?”); de todos os juízos, fica o de Lula a G Brown enquanto este presidia ao G20, em 2009 (“Essa é uma crise branca, de olhos azuis”). Logo a

Academia Britânica escreveu uma Carta à Rainha a denunciar “políticos para os quais os banqueiros são engenheiros”, quase sugerindo encarregá-la da supervisão financeira!

A Carta à Rainha Lusófona salientava BS&C4D (economia global, biologia, energia, história e património) além da diversidade do reino sublimado<sup>21</sup>. Agora comparam-se os *economistas* que não anteciparam a crise de 2008 com *epidemiologistas*, “louvados enquanto heróis omniscientes” antes de serem “desdenhados enquanto *sabichões enfiados nos seus silos*”.<sup>22</sup>

#### 4. EXPLICITAR INSTITUIÇÕES, EVITAR SILOS, SABER CONTINUAR

Em 2015, iniciavam-se *Tropical Knowledge and Management* e Conservação e Restauro, Ph.Ds propostos pelo IICT e financiados pela FCT, quando as pessoas migravam para unidades orgânicas da nova Universidade de Lisboa (Faculdade de Letras e Instituto Superior de Agronomia) e AHU/JBT passavam respetivamente para DGLAB/MUHNAC. O primeiro veio a ser conhecido por *TropiKMan* e envolveu uma parceria entre Nova SBE, ISA e IHMT, mais quatro universidades africanas e foi sempre leccionado em inglês.<sup>23</sup> Quanto ao CORES, sediado na FCT NOVA, bastará dizer que está na origem do presente trabalho<sup>24</sup>. A fluidez

---

<sup>21</sup> “Global crisis and national policy responses: together alone?”, Ética, Crise e Sociedade coord. Michel Renaud e Gonçalo Marcelo, V.N. Famalicão, Húmus, 2011, pp. 91-159, onde se salientavam as referências aos silos, mencionadas na nota 6 supra.

<sup>22</sup> Karthik Ramanna, da Blavatnik School of Government de Oxford no *Financial Times* de 29/06/2020. Este professor de contabilidade inspirou-se na escolha pública (que deu origem à constituição fiscal mencionada na nota 15 acima) em “Thin Political Markets: The Soft Underbelly of Capitalism.” *California Management Review* 57, no. 2 (Winter 2015), pp. 5-19.

<sup>23</sup> O director do TropiKMan (como veio a ser conhecido) tinha de ser doutorado em gestão e ganhou muito quando Luís Lages passou a ocupar-se disso, sendo que a direção do ISA se veio a empenhar e Jorge Seixas do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, também. Em 16/07/2014 o autor fez a intervenção de abertura no Simpósio Saber Tropical e Investigação na NOVA, intitulada “Ciência nos Trópicos e Lusofonia Global”; “Programa Doutoral em Saber Tropical e Gestão – Lusofonia Global no Ensino Superior”, com Bettencourt Capece, Darrell Abernathy e Ana Melo, *A importância da Difusão das Línguas Portuguesa e Chinesa para a Colaboração Académica no Ensino Superior e Promoção do Turismo*, XXIV Encontro da AULP, Macau, RAEM, China, 2014, pp. 285-290; “Science for development and EU-Africa advanced training partnerships: the case of TropiKMan PhD”, com Ana Melo, que apresentou em “African Higher Education Week and RUFORUM Fifth Biennial Conference 2016”, Cape Town, tendo sido publicado em 23/09/2017.

<sup>24</sup> “IICT’s Interdisciplinary Legacy: TropiKMan, CORES, AHU & JBT”, com as coautoras referidas na nota 1, foi apresentado no Museu da Cidade – Almada por ocasião da 2.<sup>a</sup> reunião de avaliação externa de CORES, 28/03/2018.

linguística do “Saber Tropical Knowledge”, duplicada no apelo ao humanismo universal sugere a vitalidade das experiências de BS&C4D em que a complementaridade possa ser mais facilmente aproveitada, talvez começando por infraestruturas que marcaram os anos 1960, durante os quais aumentou enormemente a informação relativa ao Ultramar, o que será analisado nas duas primeiras sessões do simpósio<sup>25</sup>.

### Saber Continuar<sup>26</sup>

Especificamente quanto ao legado do IICT, atente-se que a preservação das coleções inclui agora o Arquivo Científico Tropical Digital Repository ([www.actd.iict.pt](http://www.actd.iict.pt)) e E-infraestrutura Portuguesa de Informação e Investigação em Biodiversidade ([www.porbiota.pt](http://www.porbiota.pt)).

Respiguei da Declaração de Paris (15/02/19), assinada em nome da ACL e apresentada na ARB, compromissos listados a seguir. Foi aceite que explicitasse, além de países, *instituições*, mas não consegui que se incluíssem *organizações internacionais de base linguística* como forma de promover BS&C4D evitando “silos”. Como sempre, as Ciências do Património dependem de esforços conjuntos relativos às **infraestruturas de investigação** (e não só) por instituições tão complexas como ULisboa e UNL (além de AHU, LAJBT, MUHNAC, etc.). De novo, oxalá CTROP possa renovar acordos assinados por IICT com CPLP (03/04), CG&G, NOVASBE (decorrente de acordo do Ministério das Finanças com UNL em 05/92, redenominado em 1/08) e ACL (02/08).

### Sete Compromissos Consistentes com Legado do IICT

1. Inscrever o estudo dos patrimónios nas suas missões, combinando ciências experimentais, letras, ciências do ambiente e da informação;

---

<sup>25</sup> Manuel Alves da Rocha e Justino Pinto de Andrade, bem como Álvaro Ferreira da Silva, Cláudia Castelo e Luísa Sousa, abordam Angola e Maria Eugénia Mata a Guiné, ao passo que, Luís Brites Pereira cobre mais de um século em Moçambique. As experiências comparadas de Cabo Verde e Moçambique, por Cátia Batista e Pedro Vicente, referem-se à actualidade.

<sup>26</sup> *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar (org.)*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2005, colecção Biblioteca Diplomática série A, n.º 1 (254 pp.). O subtítulo alude à seguinte frase que se encontra em “Portugal um destino histórico” Nós sabemos que os valores se perdem quando se esbate a dignidade com que são defendidos e se plastifica o contexto em que são vividos ou com que se defendem. Torna-se indispensável restaura-los para cada contexto. Saber continuar.” (p. 253).

2. Simplificar o recrutamento interdisciplinar;
3. incentivar as autoridades competentes a:
4. Investir nos melhores laboratórios;
5. Utilizar as instalações, bases de dados e trabalhos de campo como cadinhos da interdisciplinaridade;
6. Facilitar o acesso a infraestruturas por parte de investigadores de países onde elas não existam;
7. agir no espaço público para:  
Combater a utilização dos patrimónios como instrumento de divisão política e social,

Animar inventário, restauro e valorização no respeito do equilíbrio entre conservação durável e desenvolvimento económico e social.

Continuando desafio de globalização, AHU usa património arquivístico comum cujos silêncios sobre empresas se devem a fatores distintos do pós-colonialismo<sup>27</sup>.

### **Infraestruturas de Investigação em Ciências do Património; Sistema Distribuído de Coleções Científicas etc.**

Ainda antes da criação em 2002 do *European Strategy Forum on Research Infrastructures* (ESFRI, a transformar-se num consórcio onde FCT representa PT), LNEC (signatário da Declaração de Lisboa) participou em plataformas sucessivas, europeias e não só: CHARISMA, IPERION CH, E-RIHS, G-RIHS (BR, CV).

Em 2014 são promovidas infraestruturas de investigação em Portugal como ROSSIO (= NOVAFCSH+DGLAB+5) que integra DARIAH-EU (*Digital Research Infrastructure for the Arts and Humanities*) e PRISC (1.<sup>a</sup> infraestrutura de coleções que junta CH&C/IICT, património Universidades Lisboa, Porto, Coimbra).

Além do referido E-RIHS, que a nível nacional inclui DGPC, LNEC e HERCULES, PRISC veio a integrar DiSSCo (*Distributed System of Scientific Collections* 2018)<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Ver nota 9 acima, *in fine*.

<sup>28</sup> Como os Ministros da Cultura europeus se limitaram a reconhecer E-RIHS, a única decorrência da Declaração de Paris foi na U. São José, Beirute.

## CONCLUSÃO

O legado do IICT na CPLP conota, pois, as traduções do humanismo universal e inclui um apelo à interdisciplinaridade mais largo e mais fundo do que o da Carta à Rainha de Inglaterra. São razões que permitem evocar de novo uma jornalista financeira inglesa, Gillian Tett, doutorada em antropologia, que acusa os economistas de “silofilia” e, antes da pandemia, fez a mesma acusação à indústria automóvel alemã, de maneira que a ilusão dos políticos que consideravam os banqueiros engenheiros, na expressão da Carta à Rainha de Inglaterra, não resultava apenas de se tratar de uma “crise de olhos azuis” mas também da generalização do problema dos silos.

Nesse espírito, evoco três diplomatas — cujas circunstâncias ilustram mais um exemplo concreto caro a esta Academia, que é o do sócio honorário Nelson Mandela (1918–2013).<sup>29</sup> A sua morte motivou iniciativas de benemerência por todo o mundo, as quais deviam envolver a Reitoria da UNL, por vontade da Embaixadora da África do Sul, Keitumetsi Seipelo Thandeka Matthews.<sup>30</sup> Gora-das as tentativas até à sua partida, em 2017, coube à Embaixadora Mmamokwena Gaoretelelwe comemorar o legado académico do Madiba em 05/12/18, quinto aniversário da morte e encerramento das comemorações do centenário do nascimento<sup>31</sup>.

A terceira embaixadora, Joëlle Bourgois (1945–2015), representou a França durante a transição sul africana. Julgando Mandela indispensável para evitar o desânimo do povo, conseguiu ajudá-lo doméstica e internacionalmente. Leitora

---

<sup>29</sup> Mandela casa com Graça Machel em Julho de 1998, consumando a retirada gradual da política activa. Graça, eleita sócia “lusófona”, categoria introduzida pelo saudoso confrade Ilídio do Amaral (1926–2017) da ACL, em 11/11/08, representou o marido na cerimónia de outorga do diploma do novo sócio honorário, sendo padrinho Mário Júlio de Almeida Costa, Ministro da Justiça de 1967 a 1973.

<sup>30</sup> Foi considerado “o maior ícone político da nossa geração” por Pedro Passos Coelho num artigo de opinião publicado no *City Press* no 3.º aniversário da sua morte “Madibas’s legacy: A note from Portugal”, cuja tradução portuguesa vem em *Povo Livre* n.º 1949 de 21/12/16, p. 15 com “Política externa portuguesa, africana e social: Madiba e TropiKMan Ph.D.” (*NOVASBEWP* 622, cit. p. 6).

<sup>31</sup> *Ibid.* dou nota de um evento promovido pela Fundação Mandela, que teve lugar em Setúbal, a 18/07/14, para resolver conflitos através do apoio de organizações comunitárias, sindicais e de juventude, com um protocolo de ação aprovado pelos participantes que me veio a ser facultado. Além das intervenções sentidas do saudoso Mariano Gago e da actual Ministra da Justiça, recorde o projeto surfart, que foi estreado no JBT, em 28/09/12.

dedicada de Pessoa, cujo cunhado editara em francês, natural das montanhas na fronteira franco-suíça, veio a representar o seu país na OCDE no fim do século. Presidiu ao Conselho de Orientação do Centro de Desenvolvimento, de que fui o último presidente, favorecendo relações mais próximas com África e com a CPLP.

Esta lusófila inimiga dos silos teria gostado de saber que as duas instituições viriam a assinar um acordo “focado nas áreas que contribuem para a melhoria da governação, como a promoção dos Direitos da Mulher”<sup>32</sup>.

COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 9 DE JULHO DE 2020

COMUNICAÇÃO RECEBIDA EM 15 DE JULHO DE 2020

---

<sup>32</sup> Observador, 05/05/20. Joëlle prefaciou o relatório do Centro de Desenvolvimento da OCDE ao qual presidi entre 1988 e 2002: *Globalization and Governance Main results of the OECD Development Centre's 2001–2002 Programme of Work*, Paris OECD, 2003, lembrando que “ambition and modesty, two complementary attributes which states and organizations, like human beings, are reluctant to exercise simultaneously.” *Cinq ans avec Mandela*, Robert Laffont, 2013. Devo a descoberta do livro a Jean-Michel Casa, seu colega de curso em Ciências Po, que foi Embaixador em Portugal, de 2016 a 2019, e sua esposa, Isabella Palumbo Fossati, muito próxima de Donnatella, viúva de Jacques Andréani (1929–2015) seu e nosso grande amigo.

\* A presente comunicação não segue a grafia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.